

Aviões paulistas nos céus de agosto: o prefeito Brasil Pinheiro Machado e a cidade de Ponta Grossa - PR em meados de 1932

Airplanes from São Paulo in the skies of August: Brasil Pinheiro Machado, Mayor, and the
city of Ponta Grossa - PR around 1932

Aviones paulistas en los cielos de agosto: el intendente Brasil Pinheiro Machado y
la ciudad de Ponta Grossa - PR en mediados de 1932

*Tatiana Dantas Marchette**

Resumo

Neste artigo, o momento selecionado da trajetória intelectual do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) não é um dos mais significativos do ponto de vista da sua fortuna crítica. A atuação dele como prefeito municipal da cidade de Ponta Grossa (PR) – entre agosto de 1932 e janeiro de 1933 – é aqui explorada no sentido de fornecer subsídios para o entendimento sobre a formação do perfil do intelectual dedicado ao pensamento social brasileiro, na década de 1930. O episódio de curta duração na carreira pública de Machado mostrou ter a capacidade de argumentar sobre a relação entre trajetórias intelectuais

e ação política no período em questão, então marcado por grandes desafios enfrentados pelo governo provisório e por todas as unidades da federação no complexo jogo entre regionalismo e centralização política.

Palavras-chave: Brasil Pinheiro Machado. Regionalismo. Revolução Constitucionalista de 1932.

* Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná, UFPR. Historiadora do Factum Pesquisas Históricas.

Recebido em: ago. 2012 - Aprovado em: nov. 2012
<http://dx.doi.org/10.5335/hdt.v.12-n.2.2315>

O espetáculo, inédito em céus do Brasil, durou 10 minutos apenas, terminando com a queda de um avião adversário por detrás das serranias próximas. Esse avião paulista recebeu o castigo da traição de nossos ideais. Estava terminado o primeiro combate aéreo ocorrido em céus brasileiros. (*Diário dos Campos*, 14 de agosto de 1932).¹

Introdução

Estudos historiográficos e sociológicos sobre a vida intelectual brasileira apontam a trajetória de pensadores em que a vida profissional foi atravessada pela ação política, inclusive partidária, e não somente enquanto tema de reflexão dos seus respectivos pensamentos. Em um artigo de Maria Alice Rezende de Carvalho,² em que sintetiza linhas de trabalho voltadas para o entendimento da “[...] dimensão pública da atividade intelectual no Brasil [...]” (CARVALHO, 2007, p. 17), a articulista questiona a denunciada suposta perda do viés político quando da profissionalização do intelectual a partir da institucionalização universitária nos anos 1930, como se esse processo tivesse provocado uma ruptura entre o exercício intelectual e a vida pública. A autora propõe, ao invés, um longo olhar sobre a vida intelectual nacional dividida em três “[...] eras organizacionais distintas [...]” (CARVALHO, 2007, p. 18); são elas: das academias e institutos para as universidades, a constituição dessas e, recentemente, a convivência daquelas últimas com outras agências que reúnem intelectuais movidos pelo contexto da globalização, como as organizações não governamentais.

Destacando desse texto de Carvalho a passagem que vai da modernização da prática intelectual quando, no Império, foram criadas as “agências intelectuais” como espaços de profissionalização das artes liberais, porém vinculados à tradição e sob o controle político imperial, à organização republicana, quando se opera relação de natureza diversa entre Estado e sociedade, aponta-se um movimento em direção à autonomia profissional, com autorregulações e demais instrumentos de afirmação de atividades ditas tradicionais, como as de médico, advogado e engenheiro. Porém, nessa passagem não ficou de modo algum de lado a figura central do Estado, pois esses ativos profissionais entenderam que dentro do seu quadro de atuação caberia um comprometimento com as necessárias mudanças nacionais, voltadas principalmente para a ordenação do mercado de trabalho e para a modernização do país. Por outro lado, lembra a autora, a Primeira República abrigou o que Carvalho chama de publicistas, isto é, os primeiros intérpretes do Brasil com vínculos típicos do período imperial, pois que articulados a um grupo de elite e nem tanto ao mundo mercantil. São considerados publicistas, pela autora, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Para ela, ambos observaram a perda da centralização nacional como algo negativo, uma vez que o Estado, segundo aquele último intelectual, “[...] contivera o particularismo das classes senhoriais [...]” (CARVALHO, 2007, p. 21). A estratégia, para intelectuais dessa natureza, era contribuir para a recondução do Estado rumo

ao centralismo nesse movimento em direção à modernização do país.

Seguindo mais adiante o caminho traçado neste artigo vê-se que na década de 1930 o tipo engajado em prol da centralização do Estado se consolidou e se pôs em evidência, inclusive dando a seu papel uma dupla identidade. Nas palavras da autora: “[...] como aplicada ao esforço de modernização do país e como estrato profissional da nova ordem corporativa, isto é, como figuras, respectivamente, da política e da sociologia” (CARVALHO, 2007, p. 22). Uma nova ordem política e social, da qual o intelectual ativo participaria e seria agente fundamental como especialista na reconstrução do Estado.

O momento selecionado da trajetória intelectual do historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997),³ na verdade, não é um dos mais significativos do ponto de vista da sua fortuna crítica. A sua atuação como prefeito municipal de Ponta Grossa – entre agosto de 1932 e janeiro de 1933 – é aqui explorada no sentido de fornecer subsídios para o entendimento sobre a formação do perfil do intelectual dedicado ao pensamento social brasileiro, na década de 1930. O episódio de curta duração na carreira pública de Machado, ora tratado, mostrou sua capacidade de argumentar sobre a relação entre trajetórias intelectuais e ação política no período em questão.

Como um novo estrato social, cuja especialidade mais marcante era a prestação de serviço à modernização do país, os intelectuais engajados nesse papel foram descolando-se das estratégias tradicionais

de participação política típicas da “velha ordem” e se tornando agentes de novos modos de articular o pensamento e a ação. Antes mesmo de assumir a função de professor de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (1938), esse pontagrossense de nascimento atuou em outras esferas, inclusive as de participação político-partidária, nas quais pôde pensar sobre a formação nacional na perspectiva do dinâmico jogo entre o regionalismo e a centralização. E, especialmente, o momento em que ele se viu à frente da prefeitura de Ponta Grossa revela a complexidade dessa mudança das formas de organização intelectual.

O prefeito

Brasil Pinheiro Machado foi nomeado para o comando interino do executivo municipal de Ponta Grossa no dia 3 de agosto de 1932. Alguns dias depois, lançou um decreto que prorrogava o prazo para a apresentação de propostas destinadas ao fornecimento de energia elétrica para a cidade. O edital correspondente à determinação havia sido publicado no mês anterior, na gestão do seu antecessor, o engenheiro Othon Mader, e, dessa maneira, o tempo hábil para completar o processo administrativo estava prestes a se esgotar. Todavia, em decorrência da “anormalidade da situação porque atravessa o país” (*Diário dos Campos*, 19/08/1932),⁴ o prefeito em exercício decidiu pela extensão do prazo inicialmente estipulado para a tomada das propostas dos concorrentes visando ao provimento desse serviço urbano.⁵

Entre esse agosto e o mês de outubro subsequente, o andamento dos atos administrativos municipais foi atropelado pelas notícias sobre o movimento armado que havia eclodido em São Paulo, em julho daquele mesmo ano. Assim, se a coleta das propostas para o fornecimento de energia elétrica para a cidade poderia se alongar por mais um mês inteiro, não se dava o mesmo com a cobertura da movimentação que então agitava o país. A imprensa pontagrossense, diga-se *Diário dos Campos*,⁶ reproduzia das agências as narrativas dos embates aéreos que marcaram esse conflito. De um lado, as notícias em edições extraordinárias e, no *front*, um paranaense com uma “câmera na mão”: o cineasta João Baptista Groff.

Desde os anos 1920, do mesmo modo que outros diversos cineastas brasileiros, a “elite mundana”⁷ era um dos principais clientes dos que apreciavam viver do cinema como meio de vida. Já tendo realizado várias filmagens de atos públicos no mundo da política, como a visita do presidente da República Washington Luís ao Paraná, em 1926, e demais atos militares e civis, mais uma vez Groff ia para o campo de batalha com o equipamento de filmagem a tiracolo. A resistência paulista e a reação federal de 1932 foram por ele registradas, tendo daí se originado três películas. O bombardeio ocorrido nos céus de Guapiara relatado na epígrafe está inserido na primeira parte dessa trilogia sob o título *O Grande combate de Buri*. O filme estreou na telona do Cine Avenida – que acabara de ser inaugurado como uma das salas mais imponentes de Curitiba (1929)⁸ –, em

25 de agosto, em pleno desenrolar revolucionário. A imprensa da capital paranaense noticiou o lançamento da fita:

[...] Buri, tomada a 25 de julho, é diariamente bombardeada pelos aviões paulistas... O 5º Grupo de Montanha dá início ao combate; Em seguida o ataque se generaliza numa frente de 12 quilômetros; O General V. Lima observa o desenrolar da ação; mais de 20 mil homens estão empenhados na luta; O troar dos canhões e as rajadas das metralhadoras; Estamos nas linhas de frente, a 500 metros do inimigo... Aviões paulistas no espaço... Aviões do governo entram em ação... (*Gazeta do Povo*, 25 de agosto de 1932).⁹

Da rapidez na transmissão, bem como da velocidade na reprodução das informações sobre o conflito nas páginas de jornal e no cinema, fazia pacto outro meio de comunicação: a rede do serviço telegráfico instalada no território nacional e, nesse caso específico do combate em Guapiara, a da pertencente à estação da Polícia do Paraná. Essa rede interceptou uma comunicação de radiotelegrafistas de Apiaí, cidade paulista próxima, conseguindo mobilizar a tempo aviões legalistas para que cercassem algumas aeronaves dos revolucionários que estariam sobrevoando os céus daquela região fronteira. Após o aviso do telégrafo da Polícia, sobreveio aquele bombardeio de “apenas 10 minutos”; os aviões dos revolucionários foram contra-atacados, um deles tendo sido abatido e caído nas serras de Guapiara, ainda em território paulista.¹⁰

Essas duas cidades do interior de São Paulo, Guapiara e Apiaí, localizam-se perto da fronteira do Paraná, o que naquele momento poderia significar certo medo em

relação à contiguidade territorial do conflito bélico entre o governo federal e os revolucionários paulistas, contaminando os paranaenses com a vontade de se juntarem às reivindicações em prol da elaboração de uma nova constituição federal.¹¹

Em Ponta Grossa, a tensa situação prorrogou não somente alguns procedimentos do executivo municipal, como a necessidade do fornecimento de energia elétrica e, ainda, causou um efeito inesperado na carreira profissional do então jovem Brasil Pinheiro Machado. Quando assumiu o cargo de prefeito, as poucas palavras por ele pronunciadas no dia da posse o foram no sentido de enfatizar aos presentes que aquela seria uma breve experiência política.

O Dr. Brasil Pinheiro Machado respondeu em breves palavras, agradecendo aos manifestantes e dizendo que apesar de ser muito breve a sua passagem pela Prefeitura, tudo faria para corresponder aos anseios da população pontagrossense (*Diário dos Campos*, 9/8/1932).¹²

Segundo notícias veiculadas dois meses depois no *Diário dos Campos*, Machado havia aceitado interinamente o cargo desde que, além dessa condição provisória, tal função se encerrasse o mais cedo possível, ainda no final daquele mesmo agosto, perfazendo poucas semanas na função para a qual fora escolhido e nomeado pelo interventor federal no Paraná, Manoel Ribas (1873-1946). Se aquele planejava uma rápida passagem à frente da Prefeitura de Ponta Grossa, os acontecimentos de 1932 fizeram com que essa autoridade máxima estadual não aceitasse a saída do jovem Brasil, pedindo que o mesmo aguardasse

no cargo até o desfecho do movimento paulista.¹³

Certamente, a posição política assumida por Machado ao aceitar o cargo era a de alinhamento ao governo estadual revolucionário, que por sua vez representava as aspirações do governo provisório. A escolha de Ribas por parte de Getúlio Vargas como interventor federal no Paraná, aliás, é bem significativa nessa composição de poderes. Nascido em Ponta Grossa, Ribas teve grande parte da sua carreira política feita no Rio Grande do Sul, desde o final do século XIX, primeiro como diretor de uma cooperativa ferroviária em Santa Maria, depois como prefeito dessa mesma cidade, no final da década de 1920, momento quando Vargas apresentava-se como candidato ao governo desse Estado sulista. Por essa vivência pública no sul, o pontagrossense era conhecido da rede política de Vargas e, a convite deste, substituiu o general Mário Alves Monteiro Tourinho (1871-1964) na interventoria do Paraná, tomando posse em 30 de janeiro de 1932.

Tourinho, de origem militar, porém reformado desde 1928, assumiu provisoriamente o governo do Estado em outubro do ano revolucionário. Em novembro, tornou-se o primeiro interventor federal do Paraná no pós-30, renunciando ao cargo em dezembro de 1931.¹⁴ Seu irmão, o coronel Plínio Tourinho (1822-1950), era a liderança da Aliança Liberal no Paraná nos acontecimentos de outubro de 1930, tendo sido nomeado um dos delegados militares revolucionários responsáveis pela “[...] perfeita manutenção da obra da Revolução de 3/10/1930 [...]” (ARQUIVO NACIO-

NAL, Fundo Góes Monteiro),¹⁵ ao lado de Osvaldo Aranha, João de Mendonça Lima, Juarez Távora e Alcides Etchegoyen. Ao que tudo indica, foi por intermédio do coronel Plínio que Mário se tornou interventor e sua desistência, seguida pela entrada de Ribas, podem representar, no contexto local, um movimento de sobrepujamento de grupos remanescentes do “antigo regime” sobre a corrente tenentista.

No final da década de 1970, estudos sobre o modo como o federalismo brasileiro havia se manifestado, entre o período republicano (1889) e o Estado Novo (1937), promoveram um exame das estruturas sociais e políticas das três regiões selecionadas para tanto: Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. A partir dessa abordagem comparativa do ponto de vista regional, tais estudos criaram um quadro de semelhanças e diferenças entre as elites políticas dessas três unidades federativas.¹⁶ Entendido enquanto comportamento político, o regionalismo não é visto, nessa trilogia, através de peculiaridades regionais “[...] *per se* (folclore, traje típico, maneiras locais de falar etc.), mas naqueles fatores que podem afetar, provavelmente, as relações políticas, econômicas e sociais com as outras regiões e com a unidade maior de governo, no caso, a União” (LEVINE, 1980, p. 23). Se enquadrarmos Ponta Grossa como uma região geograficamente delimitada e com estruturas políticas e sociais definidas nesses 1932, as particularidades dessa região somente ganham sentido se vistas em articulação com o governo estadual e com o governo provisório, bem como com as de-

mais unidades da federação, destacando-se o estado de São Paulo.

Do início e até meados do século XIX houve subordinação político-administrativa da quinta comarca de Paranaguá e Curitiba, com sede nessa última localidade, à capitania e depois província paulista, quando em 1853 o Paraná se tornou uma unidade emancipada do Império. Na construção identitária do regionalismo paranaense o paulista quase sempre foi uma referência obrigatória, mesmo que ambígua. Pouco antes da eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932, quando ainda era estudante de Direito na Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, Machado publicou um artigo na revista católica *A Ordem*, onde elencou vários regionalismos “fortes” em comparação com o Paraná que, segundo ele, permanecia um estado fraco, sem traço marcante:

O Paraná é um Estado típico desses que não tem um traço que faça dele alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como Mato Grosso e Goiás.

Dentro do Brasil já principiado, o Paraná é um esboço a se iniciar.

Falta-lhe o lastro dos séculos. Apesar de ser o estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incaracterísticos. E olhando as oscilações de tudo, dos costumes indo e vindo, nem sempre evoluindo, da vida sem fixação nenhuma da quase totalidade da população, eu poderia afirmar sem errar por muito que o paranaense não existe [...] (MACHADO, 1930).¹⁷

E, se o Paraná não era marcante, nem geograficamente nem historicamente, a comunidade que o habitava do mesmo modo não o podia ser:

O paranaense não existe, dentro do complexo brasileiro, como existe o paulista eloquentemente representado na história por gigantescos homens de ação e pelo brilho dos intelectuais (MACHADO, 1930, p. 8).

A questão do desequilíbrio nacional, mote desse artigo de Machado, devia-se, segundo sua argumentação, à existência de unidades federativas muito desiguais entre si quanto à força das suas respectivas identidades históricas e geográficas. E, apesar dessa desarticulação, havia uma unidade, porém difícil de ser explicada de acordo com uma perspectiva sintética.

É a impossibilidade do panorama, como apanhado total e sintético, como a impossibilidade do isolamento, sem incursões compridas pelos longos roteiros emaranhadamente traçados pela história oficial e pela gente anônima (MACHADO, 1930, p. 8).

No início de 1930, antes mesmo da ascensão de Vargas, havia uma história geral brasileira por ser escrita e vivida. Os critérios então definidores de cada região se mostravam dependentes da soma dos traços peculiares de cada Estado, o que ainda era uma equação desigual. A eclosão do movimento armado de 1932 trouxe ao cenário nacional outra possibilidade de harmonia que seria lograda de acordo com caracteres de natureza diversa, definindo-se o regionalismo pelo viés do comportamento político e do posicionamento respectivo de uma determinada região no quadro

de um estado centralizado em construção. A posição pública do prefeito Machado, colocando-se ao lado do governo provisório por intermédio do interventor federal Ribas, aponta a possibilidade do momento no que tange à construção de um regionalismo político que pudesse encaminhar o Estado paranaense a uma situação mais fortalecida, pois que ancorada no poder central como fonte de prestígio perante as demais unidades da federação.

Tal alinhamento político é reproduzido em Ponta Grossa, que se torna uma unidade interdependente em relação àquelas duas unidades maiores, Estado e União, considerando-se a lealdade ao governo provisório. O regionalismo em sua manifestação política, quando dos acontecimentos de meados de 1932, fez com que os aspectos históricos e geográficos da identidade paranaense fossem postos em segundo plano, ou melhor, ficassem em suspense nesse contexto.

Havia efeitos diversos nessa disposição de fidelidades entre esferas de governos e entre a União e as federativas: apagado na composição política federal, o Paraná ganhava forças nessa aproximação subordinada à União, tornando compatíveis o regionalismo e a centralização. A reação/acomodação ao governo provisório fora também experiência complexa para as demais unidades da federação e, do mesmo modo, alguns outros estados, como o Paraná, certamente viram decrescer a influência tenentista nos rumos políticos locais à medida que o governo provisório avançava de modo mais estruturado. Partindo da posição de que a Revolução de 1930 “[...]

estava destinada ao fracasso [...]” (PANG, 1979, p. 218) e com o objetivo de investigar o caso da Bahia, o brasilianista Eul-Soo Pang apontou a delicada movimentação política nesse início de governo revolucionário.

Como as divergências políticas, sociais e ideológicas nos quadros revolucionários e entre seus seguidores acentuaram-se nos primeiros dois anos, a elaboração de um programa coerente estava condenada ao fracasso. Os tenentes brigavam entre si. Juarez Távora [...] renunciou à Delegacia Militar em dezembro de 1931 [...]. Hercolino Cascardo, oficial da Marinha e interventor no Rio Grande do Norte, abandonou o cargo, frustrado, vítima da oposição política, no início de 1932 [...]. No Ceará, o interventor Carneiro de Mendonça renunciou, fracassando em impedir a volta da “velha política”, e em outros lugares os conflitos políticos locais resultaram frequentemente na renúncia ou da demissão as elites revolucionárias do governo do estado [...] (PANG, 1979, p. 218-9).

Essa articulação fazia parte da política dos governadores, a qual para muitos estudiosos “[...] significou a institucionalização do sistema oligárquico com a reapropriação do tradicional localismo, elevado ao estatuto de sistema nacional de dominação” (MONTEIRO, 1990, p. 230). Um aspecto disso, no entanto, tomando-se a posição de Machado, deixa escapar algo mais do que o resultado de uma combinação política de época e demonstra continuidade de certa importância das raízes locais na montagem dos quadros municipais: o fato de Ponta Grossa ser a sua cidade natal.

Utilizando a seu favor a origem do novo prefeito, o mesmo jornal que noticiava as disposições entre autoridades

políticas estaduais e locais referia-se ao posicionamento da população da cidade quanto a isso, clamando que os munícipes não gostariam que o conterrâneo Machado deixasse a função de prefeito, não importando nessa aspiração coletiva o fato de ter se encerrado o acordo entre o prefeito e o interventor federal mediante o término da revolta paulista. Desde a posse, como visto acima, pairava no ar um contraste entre a brevidade anunciada pelo prefeito interino e a expectativa dos pontagrossenses quanto ao desempenho dessa autoridade frente à função. No noticiário impresso no *Diário dos Campos* sobre esse dia pode-se perceber um sutil desejo de transformação, em parte realizado com a escolha do jovem Brasil para assumir a Prefeitura. Ao invés do simples viés político a unir a autoridade estadual ao chefe municipal, o texto jornalístico revelava o anseio de que a isso fosse sobreposto o caráter imparcial do interesse geral em prol da cidade.

Feliz, muito feliz foi a escolha do Sr. Manoel Ribas, designando para gerir os destinos de nossa terra a esse jovem inteligente e culto que é Brasil Pinheiro Machado.

Quando há dias escrevíamos um tópico a propósito de como deveria ser escolhido o prefeito para esta terra, reclamávamos, apenas, que o eleito estivesse à altura do progresso e cultura de Ponta Grossa e que não se insistisse em prosseguir na velha praxe dos costumes pré-república nova, de se entregar os postos administrativos, quase que só, a pessoas ineptas e ligadas a facções políticas.

Parece-nos, pois, que uma nova orientação vai se tomando na escolha dos gestores municipais, mais sábia e mais acertada (*Diário dos Campos*, 4 ago. 1932).¹⁸

A imagem de culto projetada em Machado parecia bem conciliar com a necessidade da ultrapassagem de costumes políticos tomados como signos da época “pré-república nova”. Segundo essa perspectiva, a inteligência deveria sobrepujar a inépcia daqueles cuja única vantagem, até então, bastava ser a de pertencer à facção política que se encontrava na vez de distribuir as cartas do jogo. Aliado à sua “juventude e inteligência”, os pontagrossenses, na interpretação do diretor do *Diário dos Campos*, gostariam de provar o sentimento de pertencimento de Machado a Ponta Grossa, mesmo que isso representasse um sacrifício para o prefeito interino. José Hofmann, diretor daquele periódico, chegou a entrevistar essa autoridade municipal para saber da sua reação pessoal diante dos pedidos dos moradores da cidade que clamavam por sua permanência no cargo:

- Se se [?] lhe exige o sacrifício de se manter no governo do município ainda assim o Dr. se manterá irredutível?
- Asseguro que nessa hipótese eu me manteria no cargo: seria o povo de minha terra que o exigiria e eu não me poderia recusar. Não pretendi e não pretendo ocupar esse ou outro cargo político, porque, como disse, são contrários a minha índole. Uma vez que a vontade do nosso povo determine a minha continuação na cátedra prefetural não sei excusar-me, ainda que eu preferisse a do Ginásio... Em verdade, o prefeito municipal, no regime atual, não é senão um preposto do interventor. Minha gestão terá, pois, apenas a responsabilidade de executora das ordens da Interventoria (*Diário dos Campos*, 13 out. 1932).¹⁹

Entre a fidelidade ao povo pontagrossense e aquela devida ao interventor federal, o prefeito parecia não ter opção a não ser continuar no cargo até que a situação do país se acalmasse, mesmo que isso significasse uma contrariedade às suas outras escolhas, pois deixou claro nessa sua resposta ao repórter (e a todos) de que entre a função de prefeito e a de diretor do Ginásio Regente Feijó preferia esta última, para a qual fora nomeado em junho de 1931, instituição onde também atuava como professor de História do Brasil. Vendido pela determinação dos fatos políticos que mobilizavam a nação naqueles meados de 1932, bem como pela vontade dos seus concidadãos, acabou ficando à frente da Prefeitura por um prazo além do término da Revolução Constitucionalista, deixando o cargo somente em janeiro de 1933.

A sua inclinação preferencial para os cargos de diretor e de professor assume maior interesse quando se sabe da recente equiparação do Regente Feijó ao Colégio Pedro II, ginásio nacional localizado na capital federal. Em junho de 1932, o Governo Provisório decretara a equiparação, fazendo com que o ginásio pontagrossense se tornasse a segunda instituição escolar mais importante do Paraná depois do Ginásio Paranaense, que funcionava em Curitiba desde o final do século XIX. Com isso, para a coletividade pontagrossense, o Regente Feijó reforçava a situação da cidade como a segunda mais considerada do estado, condizendo a condição do seu ginásio com a do progresso urbano do município.²⁰

Ao apontar para a preponderância do papel da educação sobre a da política,

opondo a função junto ao Regente Feijó a de prefeito, a trajetória de Machado auxilia a compreensão da crescente importância do intelectual fora do gabinete e propenso ao engajamento político. Isso, em termos de história política, seria traduzido pelo processo brasileiro de centralização que havia começado logo após o término da Primeira Guerra Mundial e que iria se formalizar em 1937 com a implantação do Estado Novo.

Naqueles conturbados meses de 1932, a possível perda dessa centralização com a crise oligárquica e a virtualidade da fragmentação política brasileira eram, de fato, as principais ameaças que então comportava o conflito armado contrário ao governo provisório. Aqui novamente se faz presente o conceito de regionalismo enquanto comportamento político complexo e ambíguo, uma vez que possui, ao mesmo tempo, aspectos negativos e positivos. Assim, se para o poder central o regionalismo paulista portava sinal negativo, para a população de Ponta Grossa a escolha de um prefeito alinhado à política federal representava algo positivo ao ser contrastado aos velhos hábitos políticos do passado recente.

J. P. Woodward explora a relação entre centralização e regionalismo em um artigo publicado em 2004, onde analisa a ligação entre esse último fenômeno político e a questão partidária ainda nos anos 1920, dando brilho local ao nacionalismo que vinha sendo construído desde então.²¹ A rebeldia paulista de 1932 expôs nacionalmente uma identidade regionalista defendida por grupos políticos desde a dé-

cada anterior; eram os “bandeirantes” em prol de um nacionalismo dirigido a partir de uma região específica, ancorando essa posição peculiar em uma próspera economia industrializada.

Da tensão então configurada entre os desafios em que o país vivenciava naquele momento, quando a fidelidade ao governo provisório era questionada, e a carreira profissional que então se iniciava para Machado como ocupante de um cargo público, revela-se outra tensão conexa, desta vez entre a atividade política e o trabalho intelectual.

Em contraposição à brevidade do exercício do cargo como prefeito, iniciava-se uma inserção pública do jovem Brasil que iria adensar a já iniciada no campo educacional realizada por ele junto ao Ginásio Regente Feijó. Se atentarmos para a observação que Carvalho fez sobre o posicionamento dos educadores frente aos médicos e engenheiros, para os anos de 1920, já se percebe naqueles um papel que logrou conciliar atuação política e especialização profissional, conformando um perfil intelectual que ficará presente no pensamento sociológico nacional que então vai se constituindo no período (CARVALHO, 2007). Esse novo perfil irá atuar fora dos gabinetes, em funções estratégicas do mecanismo estatal e, também, se dedicará a pensar sobre a formação do país a partir das preocupações do presente, alvo de ordenação. Oliveira Vianna (1883-1951) é analisado como um intelectual ativo nesse sentido:

[...] ao lado de Francisco Campos, Rodrigo de Melo Franco, Cassiano Ricardo e outros, [Vianna] encarnou o intelectual que se propôs a ultrapassar os limites de seu gabinete, por considerar que só a participação no governo lhe permitiria tentar efetivar suas idéias (GOMES, 2009, p. 146).

Não se pretende aqui classificar nem antecipar algum perfil de Brasil Pinheiro Machado como um intelectual do porte de Vianna, mas sim vê-lo como um “jovem culto” que apontava para a importância da educação enquanto atividade com maior autonomia e com papel preponderante na integração da região à nação. Esta área do conhecimento ele mesmo classificou como sendo menos fria quando comparada com aquela de prefeito. Assim, enquanto prefeito de Ponta Grossa e diretor afastado do Ginásio Regente Feijó, Machado havia declarado, quando a Constitucionalista já caminhava para o final, que somente aceitaria estender a função de administrador do município a partir das ordens diretas da interventoria.²² Desse modo, se tem a impressão de que ainda faltasse a ele uma das dimensões que caracterizaria logo mais aqueles que então pensaram sobre a formação histórica nacional, isto é, o engajamento político. Mesmo porque, de acordo com suas próprias palavras, ditas ao repórter do *Diário dos Campos* naquele outubro de 1932, quando perguntado se permaneceria no cargo em que se encontrava interinamente mesmo com o término do movimento paulista, deixou claro que nunca pretendia ser prefeito nem mesmo almejava algum outro cargo político diferente. Note-se: cargo político e não

atuação política. Esta última, certamente, fazia parte do seu horizonte. Com isso, não se pode resolver simplesmente a projeção de Machado no mundo da política em decorrência única dos seus vínculos familiares, mesmo que esses tenham sido bastante propícios à sua iniciação política, bem como suficientes para tanto, pelo menos até certo ponto no que tange à assunção de um cargo público por nomeação.

A partir do exercício interino como prefeito de Ponta Grossa, o “jovem culto” dava sua parcela de continuidade à carreira política do seu tronco familiar. Primo em segundo grau do senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), natural de Cruz Alta, fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e assassinado no Rio de Janeiro quando exercia a função de vice-presidente do Senado da República; filho de Brasil Ribas Pinheiro Machado (1871-?), que na década de 1910 foi camarista em Ponta Grossa, Machado carregava uma forte herança republicana. Ao lado do republicanismo, a sua atuação como prefeito reforçava, pelo lado materno como filho de Maria Eugênia (de solteira Guimarães), a longa presença de restritos grupos locais no conjunto da oligarquia local que há muito se instalara na região, desde as primeiras sesmarias distribuídas nos Campos Gerais, no início do século XVIII.

Dessa fortuna política herdada, sem dúvida faziam parte elementos considerados retrógrados no pós-1930. Talvez até para ele mesmo já houvesse o sentido de ultrapassada a situação de prefeito nomeado, quando ele próprio enfatizava aos

cidadãos pontagrossenses, nas páginas do periódico *Diário dos Campos*, que tal função deveria ser extremamente breve. Por outro lado, essa linhagem familiar provavelmente contou a seu favor como o nome adequado para assumir aquela função municipal, mesmo da perspectiva dos pontagrossenses, os quais pareciam enxergar em Pinheiro Machado aquele almejado algo novo no governo da cidade.

Conclusão

Apesar do quase nenhum peso dado por Machado ao cargo de prefeito, considerando-o sem autonomia plena e sem alcances maiores, demonstrando até mesmo certa contrariedade no exercício de tal papel a ele designado, a análise do seu desempenho frente a um compromisso público adquire importância à medida que, por meio dele, se reconhece a concretude do afastamento cada vez mais possível entre a intelectualidade e a mera função pública. Ao mesmo tempo, se reconhece a aproximação entre o novo perfil intelectual que vinha então se desenhando e o desempenho político engajado, inclusive de caráter partidário, como forma a atuar na construção do estado nacional em diálogo permanente com as regiões que o compunham.

Relembrar a falta de entusiasmo com que recebeu o encargo de prefeito intensifica a impossibilidade de se tomar como natural e direta a relação entre atuação política e cargo público no pós-1930. Como responsável pelo ginásio, o jovem intelectual pontagrossense, mesmo que membro da elite local, talvez enxergasse uma

maior aproximação, relevância e atualidade entre engajamento político e especialização profissional como atuante na área educacional.

Relembra-se, finalmente, aquela análise feita por Carvalho especificamente quando, na década de 1930, o que estava se destacando era a atuação de pensadores nas esferas públicas e nas atividades político-partidárias com o intuito de refletir e agir sobre a centralização nacional. O movimento analítico de pousar o olhar sobre a atuação de Machado como prefeito municipal, em uma época em que o país enfrentava o medo da fragmentação política e social, permitiu vislumbrar a crescente importância do fortalecimento regional, mesmo que preponderantemente político naquela ocasião, como elemento obrigatório de composição de uma nação unificada. Nesse processo, o espaço municipal se tornou elemento significativo no jogo entre regionalismo e centralização, uma vez que estava hierarquicamente articulado aos governos estadual e central. Por outro lado, as ligações que estavam sendo construídas pelo governo provisório, nesse sentido, permitem observar alguns aspectos de dependência da unidade maior às menores, principalmente no que tange à cooperação da elite local pré-existente quanto ao fornecimento de nomes para o recrutamento aos cargos públicos estratégicos.

A dimensão pública do intelectual clássico é a “[...] marca de origem da moderna inteligência do país [...]” (CARVALHO, 2007, p. 19). No lugar da sociedade, o Estado seria o objeto e o instrumento das

suas ações e assunto dos seus pensamentos. Ainda que no decorrer da Primeira República o intelectual tenha logrado um descolamento do poder, nos anos 1930 a especialização profissional e a autonomia daí decorrente conviveram com a atuação desse estrato social (a inteligência) junto à construção do Estado. O momento ora selecionado da trajetória de Machado foi justamente pela possibilidade em se expor às fragilidades dessa construção em um quadro de fragmentação política e social da nação e que o colocou na rede do poder. Se tal momento não fora propício à construção de uma identidade regional da perspectiva histórica, conforme denunciada no seu artigo publicado na revista *A Ordem*, de modo a conferir traços próprios ao território e ao paranaense, o foi como oportunidade para que o Paraná, enquanto estado federativo, se aliasse em prol da centralização desde uma das cidades que então apresentava um processo intenso de urbanização e diversificação social.

Brasil Pinheiro Machado se localiza nesse perfil duplo que a inteligência nacional adquiriu na década de 1930, atuando sob as ordens da “razão nacional” (talvez daí tenha decorrido sua submissão a um cargo público que visivelmente não o agradara) e, ao mesmo tempo, como pertencente a um novo estrato profissional (a inteligência) resultante e fundador de novas formas de organização do mercado de trabalho, bem como da modernização da sociedade brasileira.

Abstract

The moment in Brasil Pinheiro Machado's (1907-1997) intellectual life brought to consideration in this article is one of a minor significance when compared to his production heritage. A historian from the state of Parana, Machado's office as the mayor of Ponta Grossa (PR) – from August 1932 to January 1933 – is the key to understand the development of the outline of a scholar dedicated to the Brazilian social thought of the 1930s. This short term episode in Pinheiro Machado's public office argues inside the relationship between intellectual trajectories and political action within the considered timeframe. The time was marked with numerous challenges faced both by the provisional government and all the federation units, within the complex game between regionalism and political centralization.

Keywords: Brasil Pinheiro Machado. Constitutionalist Revolution (1932). Regionalism.

Resumen

En ese artículo, el momento seleccionado de la trayectoria intelectual del historiador paranaense Brasil Pinheiro Machado (1907-1997) no es uno de los más significativos del punto de vista de su fortuna crítica. Su actuación como intendente de la ciudad de Ponta Grossa (PR) – entre agosto de 1932 y enero de 1933 – es aquí explotada en el sentido de fornecer subsidios para el

entendimento sobre la formación del perfil del intelectual dedicado el pensamiento social brasileiro, en la década de 1930. El episodio de corta duración en la vida pública de Machado mostró tener la capacidad de argumentar sobre la relación entre trayectorias intelectuales y acción política en el período en cuestión, entonces marcado por grandes desafíos enfrentados por el gobierno provisorio y por todas las unidades de la federación en el complejo juego entre regionalismo y centralización política.

Palabras clave: Brasil Pinheiro Machado. Regionalismo. Revolución constitucionalista de 1932.

Notas

- ¹ *Diário dos Campos*, 14 ago. 1932, n. 5.904. “O movimento revolucionário - O mais emocionante espetáculo de quantas guerras participaram os brasileiros. Um combate aéreo na zona do Bury.”
- ² CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65 out. 2007.
- ³ Brasil Pinheiro Machado nasceu em Ponta Grossa - PR. Em São Paulo, frequentou o Liceu dos Padres Salesianos e, no Rio de Janeiro, ingressou, em 1926, na Faculdade Nacional de Direito, atual UFRJ, concluindo o curso de Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1930. A partir de 1932, exerceu funções administrativas (prefeito de Ponta Grossa), legislativas (deputado estadual constituinte, 1934 a 1937; deputado federal, entre 1947 e 1950) e jurídicas (procurador-geral da Justiça do Estado, de 1939 a 1945), além de preservar as atividades no magistério como professor catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, desde a criação desse estabelecimento de ensino superior, em 1938.

- ⁴ *Diário dos Campos*, 19 ago. 1932, n. 5.909. “Atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa” (trata-se do decreto n. 129, 19 ago. 1932).
- ⁵ Sobre o surgimento e o fornecimento da energia elétrica em Ponta Grossa, ver SILVA, E. A. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa; 1904-1973*. Dissertação (Mestrado) - UFPR, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1993.
- ⁶ O *Diário dos Campos*, ainda em circulação, foi criado na cidade de Ponta Grossa em 1907 como um empreendimento do empresário Jacob Holzmann. Seu nome original era *O Progresso*, ganhando a denominação atual em 1913. Quando Brasil Pinheiro Machado exerceu o cargo de prefeito municipal, o jornal era dirigido pelo russo-alemão José Hoffmann (1904-1969), que também assinava os artigos sobre temas variados em relação à cidade. Sobre outros jornais de Ponta Grossa, ver: DITZEL, C. H. M. *Imaginários e representações: o integralismo dos Campos Gerais (1932-1955)*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007. (Especialmente o item 1.3.2 - “O clima urbano”, p. 49-57).
- ⁷ Termo utilizado pelo autor Jean Claude Bernadet em: BERNADET, J. C. *Cinema Brasileiro: proposta para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ⁸ Sobre os cinemas na Curitiba do início do século XX, ver CRISTO, L.; MIYAKAWA, N. *24 quadros: uma viagem pela Cinelândia curitibana*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2010. (Coleção A Capital, 9).
- ⁹ *Gazeta do Povo*, 25 de agosto de 1932, p. 3.
- ¹⁰ *Diário dos Campos*, 14 ago. 1932, n. 5.904 (Edição extraordinária).
- ¹¹ GOMES, A. C.; LOBO, L. L.; COELHO, R. B. M. *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*. In: GOMES, A. M. C. (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Brasil, século 20). p. 239-337.
- ¹² *Diário dos Campos*, 9 ago. 1932, n. 5.899. “Tomou posse hoje o dr. Brasil Pinheiro Machado.”
- ¹³ *Diário dos Campos*, 13 out. 1932, n. 5.949. “A Prefeitura de Ponta Grossa.”
- ¹⁴ Dados consultados em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=48>
- ¹⁵ *ARQUIVO NACIONAL/FUNDO GÓES MONTEIRO*. Notação: SA 764/Série Dossiê/Subsérie Pacto e Acordos Revolucionários, s/d.

Referências

- ¹⁶ “O papel de São Paulo, localizado no Centro-Sul, e beneficiário maior do crescimento gerado pela exportação, é examinado por Joseph L. Love. Minas Gerais, Estado politicamente poderoso, e situado numa posição intermediária entre os Estados do sul e o Nordeste empobrecido, é analisado por John D. Wirth. Pernambuco, o mais importante Estado do Nordeste, é tratado por Robert M. Levine como um caso típico de decadência política e econômica.” LEVINE, R. M.; LOVE, J. L.; WIRTH, J. D. Introdução. In: LEVINE, R. M. *Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos brasileiros, 45). p. 19.
- ¹⁷ MACHADO, B. P. “Instantâneos Paranaenses: projeção brasileira”. *A Ordem*. Órgão do Centro Dom Vital, ano X, n. 5, fev. 1930.
- ¹⁸ *Diário dos Campos*, 4 ago. 1932, n. 5.895. “Ponta Grossa tem novo prefeito.”
- ¹⁹ *Diário dos Campos*, 13 out. 1932, n. 5.949. “A Prefeitura de Ponta Grossa”.
- ²⁰ DITZEL (2007) aponta a caracterização de Ponta Grossa como cidade civilizada para o jornal *Diário dos Campos* como principal veículo de comunicação nesse sentido. No início do século XX, ou seja, na mesma época da criação desse jornal, a mesma autora referencia, no entanto, o surgimento de outros periódicos na cidade, de circulação curta, mas que também tiveram o progresso material e cultural como o principal vetor da imprensa local. São exemplos disso o jornal *Campos Gerais*, de 1893, e a *Gazeta dos Campos*, de 1899. Em termos de pesquisa que abarca toda a extensão do século XX, no entanto, certamente a fonte são as edições do *Diário dos Campos*, em decorrência da longevidade e circulação desse jornal, apesar das diversas mudanças editoriais e de direção nele ocorridas.
- ²¹ WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. *Revista de História*, São Paulo, n. 150, jul. 2004. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092004000100003&script=sci_arttext. Acessado em: 14 out. 2011.
- ²² *Diário dos Campos*, 13 out. 1932, n. 5.949. “A Prefeitura de Ponta Grossa”.
- BERNADET, J. C. *Cinema brasileiro: proposta para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, out. 2007.
- CRISTO, L.; MIYAKAWA, N. *24 quadros: uma viagem pela Cinelândia curitibana*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2010 (Coleção A Capital, 9).
- DITZEL, C. H. M. *Imaginários e representações: o integralismo dos Campos Gerais (1932-1955)*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- GOMES, A. C.; LOBO, L. L.; COELHO, R. B. M. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, A. M. C. (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 (Brasil, Século 20).
- LEVINE, R. M. *Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Col. Estudos brasileiros, 45).
- MACHADO, B. P. Instantâneos Paranaenses: projeção brasileira. *A Ordem* - Órgão do Centro Dom Vital, ano X, n. 5, fev. 1930.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979. (Corpo e Alma do Brasil).
- SILVA, E. A. *Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa, 1904-1973*. Dissertação (Mestrado) - UFPR, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 1993.
- WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. *Revista de História*, São Paulo, n. 150, jul. 2004. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092004000100003&script=sci_arttext. Acessado em: 14 out. 2011.